

Novo Financiamento da Atenção Primária : Considerações do CONASEMS

São Paulo, 21 de outubro de 2019.

- Importante iniciativa;

- Reconhece, que os critérios atualmente utilizados para financiamento da AB, devem ser alterados;
 - indução por incentivos não considerando a realidade local;
 - comando único fragilizado

- Entende que a proposta de financiamento da APS apresentada é bem fundamentada, embora não aumente significativamente os recursos;

- A participação do financiamento federal, essenciais para manter a rede municipal, na atenção básica corresponde em média a 30% dos gastos municipais com a AB.

Pontos Fortes

- Melhor eficiência na alocação dos recursos na Atenção Básica
- Considera as dimensões elencadas pela LC 141
 - epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial e de capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde
- Propõem reduzir as desigualdades de alocação
- Potencial ampliação da cobertura

Qualidade da Informação

- Qualidade da informação implica uma mudança de atitude para com este problema
- Temos problema de tecnologia mas há necessidade de melhoria e fortalecimento da gestão.
- Gerir a qualidade da informação é fundamental para obter o nível desejável de eficiência de atenção básica.

Papel dos Profissionais da Atenção Básica

- Não haverá mudança das atividades já exercidas pelos profissionais de atenção básica
- Permanecem as responsabilidades pela territorialização, adscrição de clientela (cadastro), cuidado longitudinal e acesso;
- Reforça os atributos e princípios da Atenção Básica

Melhoria do Registro

- Aperfeiçoamento do cadastro com monitoramento adequado
- Melhoria do registro das ações prestadas a população na assistência, prevenção, recuperação e promoção a saúde com monitoramento permanente.

Processo de adesão e transição do modelo de financiamento da ATENÇÃO BÁSICA

- Transição adequada para garantir o devido planejamento da gestão local;
- Manutenção dos valores atuais enquanto a vigência do período de transição.

Considerações finais

- A Metodologia ainda não foi finalizada e a escuta dos gestores municipais de saúde será importante no desenho final da proposta;
- Há compromisso do Ministério da Saúde de execução da totalidade do orçamento destinado a Atenção básica (incremento de 2,5 bi), apesar da União ter limitações de novos aportes de recursos federais destinados ao financiamento das ações e serviços de saúde por força da Emenda Constitucional 95.

Considerações finais

Apoio a nova proposta de financiamento com os ajustes necessários, para que os municípios não sofram perdas de recursos financeiros, possibilitando ganhos de qualidade da Atenção Básica.

Novo Financiamento da Atenção Primária : Considerações do CONASEMS

conasems@conasems.org.br